

Agência Nacional de Energia Elétrica veta mais um reajuste para tarifa da CEA

Relatora do processo insiste na caducidade da concessão da empresa junto ao Ministério de Minas e Energia

Paulo Silva
Boa Vista

A diretoria da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) aprovou na terça-feira 25, reajuste tarifário da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA). O reajuste deveria entrar em vigor a partir do dia 30 deste mês, mas não será aplicado em razão da inadimplência da empresa, que não paga obrigações setoriais, encargos e nem a energia que recebe.

De acordo com a Aneel, somente em fornecimento da energia elétrica, a CEA deve R\$ 515 milhões à Centrais Elétricas do Norte (Eletronorte). Os diretores da agência classificam a dívida de impagável. "A empresa terá que fazer um write-off dessa fatura", avaliou Jerson Kelman, diretor-geral da Aneel. Ou seja, a dívida é de pagamento remoto.

O reajuste tarifário da CEA ficou em 1,9% com efeito médio para os consumidores de 40,56%. A discrepância é explicada pelo acúmulo de reajuste não repassados aos clientes da empresa. Segundo Joísa Campanher, diretora-relatora do processo, se a CEA estivesse em situação regular, os consumidores poderiam ter uma redução de 6% nas tarifas.

Joísa Campanher pediu que a Aneel encaminhe ofício ao Ministério de Minas e Energia (MME) reforçando a necessidade de declaração da caducidade da concessão da empresa. O pedido está no ministério há cerca de um ano sem resposta. "É uma situação crítica, que pede uma resolução", comentou Romeu Rufino, diretor da Aneel, para quem as multas, que também não foram pagas, não adiantam mais.

Segundo Joísa, se a empresa tivesse aplicado os reajustes a receita chegaria a R\$ 190 milhões por ano. Mesmo assim, a situação não seria boa já que o faturamento é três vezes menor que a dívida com a Eletronorte. "É uma situação de descalabro. A empresa não pode ser concessionária de energia", afirmou de forma veemente Kelman à Agência CanalEnergia Negócios.

O desconforto com a situação precária da CEA é visível entre os diretores da Aneel. A empresa não pode também passar por revisão tarifária porque não tem contrato de concessão assinado. O detalhe é que a concessão foi renovada por 20 anos em 1995. "Não se sabe se essa tarifa autorizada está num patamar adequado porque não se pode fazer revisão", descreveu a situação Rufino.

A empresa, em conseqüência da falta de repasse dos reajustes, já tem a tarifa

mais barata do país. Contudo, isso não impede os altos níveis de perdas em 62,23%, segundo Joísa. "Essa é uma situação que merece ao povo do Amapá. É uma bomba-relógio montada para explodir", frisou Kelman. O reajuste para os consumidores de baixa tensão ficou em 39,17% e de alta tensão, em média, de 44,37%.

A diretora-relatora disse que a insatisfação dos consumidores começa a ser captada pela pesquisa de satisfação da Aneel, o Iasc. A avaliação da empresa caiu 30% entre 2007 e 2008. Devido à situação de inadimplência, a CEA também não recebe recursos de CCC, RGR e CDE desde 2004, segundo a diretora. A empresa é administrada pelo governo do Estado do Amapá.

SILVA, P. Agência Nacional de Energia Elétrica veta mais um reajuste para tarifa da CEA. Jornal do Dia (AP) Política, Mídia Online, 25/11/2008.